

**INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DA FNE, JOÃO DIAS DA SILVA,
NA SESSÃO DE ABERTURA DO CONGRESSO DA FNE –**

Aveiro, 23 de Outubro de 2010

Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro

Caro Presidente da Mesa do Congresso

Caras e caros presidentes dos Sindicatos da FNE

Caras e caros delegados,

Estamos a iniciar o Congresso da FNE de 2010.

Conhecemos as vicissitudes que conduziram à necessidade de respondermos à situação inesperada de extinção da FNE ocorrida em Fevereiro passado. O certo é que, exactamente um mês volvido sobre essa situação, a FNE estava legitimamente reconstituída e inicia hoje o seu congresso estatutário que permite a substituição dos órgãos de direcção provisórios então constituídos, por órgãos eleitos neste Congresso.

Esta rapidez de solução traduziu o elevado grau de empenhamento e de determinação destes sindicatos em estarem reunidos numa mesma federação que exprima publicamente o conjunto de valores que partilhamos e que afirmamos para uma intervenção político-sindical singular na sociedade portuguesa. Foi também a verificação de que o sobressalto jurídico ocorrido não punha em causa as razões, os valores, os princípios e os objectivos que em 1982 levaram à constituição da então Federação Nacional dos Sindicatos de Professores, a primeira a ser constituída em Portugal depois de 1974. E que evoluiu ao longo dos anos, primeiramente pela integração dos sindicatos representativos dos trabalhadores não docentes, e depois pela alteração da designação para a tornar ainda mais abrangente. O que nos une, no entanto, mantém-se inalterado: continua a ser a aposta num sindicalismo de proposta e de acção, de um sindicalismo que aposta no diálogo social como a forma desejável de determinação das soluções para o enquadramento das relações laborais, de um sindicalismo que se afirma livre e independente.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro,

Agradecendo a gentileza da presença de V.Exa. nesta sessão de abertura do nosso Congresso, queremos saudar em si as gentes desta terra que acolhe o nosso Congresso. Embora os tempos livres sejam escassos, estes congressistas não perderão a oportunidade para conhecer as belezas de Aveiro e a simpatia das suas gentes. Por outro lado, queremos afirmar-lhe o quanto a FNE estima uma relação de proximidade com as Autarquias, pela importância crescente que têm atribuído às questões da Educação, como lhes cabe, em nome dos Municípios que representam. Expressamos-lhe votos de bom sucesso na acção deste Município, particularmente na área da Educação, para o que pode contar com a colaboração desta Federação.

Senhor Secretário de Estado,

Ao saudar a presença de V.Exa. neste Congresso, queremos dizer-lhe que o convite que formulámos à Senhora Ministra da Educação para estar presente neste momento da nossa vida institucional surgiu na sequência de decisões que fizeram com que em anteriores Congressos os então Ministros da Educação Augusto Santos Silva e David Justino tivessem participado nas sessões inaugurais de Congressos da FNE.

E tomámos no passado esta iniciativa, e repetimo-la com este Governo, para assinalar precisamente, de uma forma clara que, independentemente das divergências ou da dimensão das divergências que podemos ter em relação a decisões e políticas governamentais, não enjeitamos a nossa responsabilidade de, em diálogo com o Governo que em cada momento estiver em funções, contribuir, enquanto parceiro responsável e empenhado, para que Portugal tenha as melhores políticas educativas e para que os Trabalhadores da Educação sejam respeitados e valorizados.

O momento que vivemos é particularmente difícil; e esta expressão gasta pelo tempo tem hoje um significado excepcional: esta crise em que temos estado mergulhados assume contornos que raramente antes enfrentámos e exige sacrifícios. Mas a nossa reivindicação é a de que esses sacrifícios sejam justa e equilibradamente repartidos, e que o Estado dê os sinais – todos – de que ele próprio elimina desperdícios e vive a austeridade que está a impor aos portugueses.

Os trabalhadores que representamos são dos que mais vão sentir no seu quotidiano medidas de combate à crise que acabam de ser anunciadas no quadro da proposta de Orçamento de Estado para 2011 apresentado à Assembleia da República. Quanto a nós, tais medidas não só são discutíveis como demasiado violentas, porque cremos que

outros caminhos poderiam ser seguidos para combater as dificuldades enormes que temos para superar; mas também não escondemos que diferentes e menos gravosas medidas seriam hoje necessárias se outras tivessem sido tomadas, em tempo.

Sabe V.Exa. que, nestas circunstâncias, foi nossa decisão participar na greve geral de 24 de Novembro. Sabe V.Exa. que o recurso à greve é a arma mais poderosa de que os trabalhadores dispõem e que a nossa decisão de a ela recorrermos é a expressão da nossa indignação, porque consideramos ter havido uma errada aplicação dos recursos que medidas gravosas anteriores já nos tinham sido impostas, porque achamos que estas medidas estão mal distribuídas e por considerarmos que é preciso dizer basta a soluções de crise que se abatem com grande força sobre os que menos têm. Esperamos que a greve e a sua dimensão conduzam a que o Governo encontre soluções diversas das que estão anunciadas e que se possa ainda arrepiar caminho, protegendo os mais frágeis. Nós queremos dizer com toda a clareza que não admitimos que depois do PEC 3 venha o PEC 4 ou o PEC 5; denunciámos o carácter desequilibrado e iníquo do aumento da carga fiscal que consta da proposta de Orçamento do Estado; queremos dizer que este momento e estas medidas não podem ser o patamar que permita mais degraus (a título das SCUT ou dos submarinos, ou seja do que for...), nomeadamente numa escalada que conduza à revisão de leis laborais no sentido da penalização dos trabalhadores; denunciámos a ausência de qualquer menção que aponte para a adopção de medidas fiscais justas e para um combate eficaz à fraude e à evasão fiscais.

Mas a nossa decisão de avançar para a greve, de querer que ela tenha uma grande dimensão, e de esperar que possa haver consequências desta insatisfação tão geral, não nos inibe de continuarmos a manter com o Governo uma relação de diálogo que permita melhores soluções para os portugueses. Não queremos fechar os canais de diálogo, porque não alinhámos com lógicas de convulsão social que conduzam a tensões descontroladas e incontroláveis. A nossa posição é clara: a contestação tem como objectivos manifestar a nossa total discordância e fazer com que o Governo mude de políticas!

Senhor Secretário de Estado,

Não podemos deixar de reconhecer que a actual equipa do Ministério da Educação repôs o paradigma – que tinha sido suspenso pela equipa ministerial anterior – de consideração das organizações sindicais como parceiros para as soluções e de considerar a actividade sindical como um dos elementos essenciais do funcionamento

da democracia, não podendo portanto o seu exercício conduzir a quaisquer prejuízos, nem para dirigentes, nem para trabalhadores. Trata-se de uma recuperação de respeito pela actividade sindical que não podemos deixar de saudar. Também não podemos de sublinhar que a actual equipa do Ministério da Educação recuperou os procedimentos de que quase nos tínhamos desabitado de manter canal aberto sistematicamente com as organizações sindicais, procurando evitar mal entendidos ou situações dúbias. É deste modo claro o que nos separa em termos de concepções de múltiplas matérias, mas é precisamente a clareza e a frontalidade das divergências que enriquece a democracia e define os estatutos de cada entidade. Governo e organizações sindicais têm inteiro direito a ter ideias e concepções diferentes; nenhum tem legitimidade para em negociação se sobrepor ao outro, porque em negociação o que vale é o que se constrói em consenso. Não há negociação quando há imposição! Mas também não podemos confundir diálogo com negociação, ou reduzir a concertação à disponibilidade para dialogar. Compromissos assumidos de boa fé são para serem cumpridos! As pessoas são mais importantes do que razões economicistas. Por isso, apostamos em que os acordos sejam integralmente cumpridos, quer na letra, quer no espírito. Por isso, queremos poder continuar a dizer que vale a pena apostar na negociação e na concertação.

Neste momento, que é também de balanço dos últimos tempos, queremos relevar que foi com este Governo que, depois de um intenso esforço à mesa das negociações, se celebrou o acordo de 8 de Janeiro de 2010 para revisão do Estatuto da Carreira Docente e do modelo de avaliação de desempenho. Se é certo que o acordo era, quer na letra, quer no espírito, bem mais ambicioso do que aquilo que está já obtido, não é de desdenhar a importância enorme do fim da divisão dos docentes em duas categorias, razão que os tinha mobilizado para as mais expressivas manifestações de indignação de uma classe profissional em Portugal, quer pelas concentrações e marchas, quer pelas greves, quer por toda uma série de iniciativas que marcaram indelevelmente período de 2005 a 2009. E, para além do fim das duas categorias, regista-se como muito positivo o impulso dado aos índices salariais de início e de topo de carreira, bem como algumas alterações significativas e positivas do modelo de avaliação de desempenho. É certo que os constrangimentos financeiros crescentes, nomeadamente os que acabam de integrar a proposta de Orçamento do Estado para 2011, vêm limitar muito o alcance do acordo, impedindo que ele se concretize em múltiplos aspectos com impacto económico na progressão dos docentes e no seu reposicionamento em carreira. Mas o que ficou no novo ECD não deixou de ter uma expressão significativa importante e não deixaremos

de contestar frontalmente as decisões globais, particularmente as que têm expressão no Orçamento de 2011 e que impedem a concretização plena do acordo celebrado.

Não posso deixar de me referir ainda ao que nesse processo negocial se assentou quanto à necessidade de realizar em 2011 um concurso extraordinário que permitisse atenuar as injustiças que decorreram da impossibilidade que os então professores titulares tiveram de concorrer e ainda diminuir o nível de precariedade que envolve hoje muitos milhares de docentes. O Governo acaba de anunciar que não realizará esse concurso, tendo em conta os constrangimentos orçamentais conhecidos. Queremos dizer claramente que consideramos essa medida injusta, inoportuna e inadequada e que não deixaremos de tudo fazer no campo da nossa intervenção político-sindical para que a solução seja outra.

Em relação em particular à questão da avaliação de desempenho, cremos que o facto de o Governo ter determinado o congelamento da progressão em carreira no próximo ano de 2011 poderia conduzir a que se dissesse que seria inútil do ponto de vista administrativo o processo de avaliação de desempenho. A verdade é que esta é uma oportunidade para que a avaliação de desempenho possa assumir o papel que para ela sempre desenhámos, o de constituir um factor de melhoria das práticas nas nossas escolas, fazendo todo o sentido que se eliminem agora as quotas para atribuição das menções mais elevadas e que se simplifiquem os procedimentos burocráticos que lhe estão associados. Cremos que se torna urgente, neste contexto, assumir alterações que, sem fazer perder o conceito de avaliação de desempenho, a coloquem na posição exacta que deve assumir, e que é a de constituir um elemento de reflexão sobre as práticas docentes, no sentido da sua melhoria.

Importa nesta oportunidade lembrar que foi com o actual Governo que, também em sede negocial, se conseguiu e preservou a estabilidade de quase 2000 trabalhadores não docentes precários que estavam em risco de irem para o desemprego e que agora estão a transitar para uma situação de contrato sem termo. E assinalamos ainda que, em reunião negocial recente, o Governo assumiu a necessidade de se trabalhar no sentido da definição dos conteúdos funcionais dos Trabalhadores Não Docentes, para a clarificação das competências do que na gestão destes Trabalhadores pertence aos Autarcas e o que pertence às direcções das escolas, e ainda no esforço indispensável de acesso efectivo à formação contínua.

E foi ainda já com este Governo que, no quadro de uma negociação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, se acabou, em relação aos docentes do ensino português no

estrangeiro, na ridícula imposição de, sendo dos quadros em Portugal, terem de pedir licença sem vencimento para celebrarem contratos com termo, para garantirem este serviço pelo qual Portugal não pode desresponsabilizar-se.

Como sempre defendemos, estes resultados demonstram que a aposta em obter resultados na mesa das negociações leva a resultados concretos. Pode levar tempo, mas a perseverança, a determinação e a consistência e validade dos argumentos em que assenta a nossa participação, acabam por conduzir a resultados positivos.

Mas, como não podia deixar de ser, não estamos satisfeitos; queremos mais, porque achamos que é justo tentar obter a concretização das nossas reivindicações. Não podemos deixar de exprimir a vontade e a necessidade de que se aprofunde o grau de participação das organizações sindicais na determinação e na operacionalização das medidas que vierem a ser necessárias para a melhoria do sistema educativo. Este Congresso vai analisar propostas concretas a este respeito e não deixaremos de lhas comunicar oportunamente.

Para além desta questão mais abrangente, há outras que nos preocupam, ao nível das carreiras dos Docentes e dos Não Docentes, e do seu desenvolvimento, com particular destaque para a necessidade e urgência de se determinarem conteúdos funcionais para os Trabalhadores Não Docentes das escolas; queremos mudanças ao nível da concepção e operacionalização dos concursos; ao nível do respeito pelo tempo de trabalho individual dos docentes; ao nível da formação contínua; ao nível da administração das escolas; ao nível das condições de exercício do ensino português no estrangeiro; ao nível do enquadramento da educação especial; ao nível da administração e gestão das escolas; ao nível das condições de funcionamento do ensino superior; ao nível do ensino artístico. Sobre tudo isto se debruçará o Congresso e teremos oportunidade de lhe vir a entregar o resultado final do nosso debate.

Do que pode o Governo estar certo é de que, na nossa acção e em nome dos que representamos, nunca viramos a cara à luta que for necessário desenvolver para melhor os defendermos; mas também de que poderá contar com propostas e contrapropostas nossas por um melhor sistema educativo para os alunos portugueses, assegurado por profissionais – docentes e não docentes – reconhecidos e valorizados.

Assim, do que pode estar certo é de que receberá as conclusões deste Congresso, que por elas nos bateremos na mesa negocial, e que, se for caso disso, não deixaremos de por elas desenvolver as formas de reivindicação e contestação que em cada circunstância forem as mais adequadas.

Caras e Caros Delegados

O desafio que temos pela frente é o de definirmos aqui as orientações que queremos ver prosseguidas no futuro e depois, a partir do Congresso, no quotidiano das nossas escolas e nas estruturas dos nossos sindicatos, com base nas decisões que aqui tomarmos, vamos combater por mais e melhor educação em Portugal.

Quero agradecer-vos a disponibilidade para prescindirdes de um fim de semana para estardes presentes neste Congresso.

Permitam-me que nesta oportunidade, e julgando que exprimo a vontade de todo o Congresso, quero endereçar uma palavra de carinho especial e votos de rápida recuperação para a dirigente da FNE e do SPZ Centro Rosário Oliveira que ainda está hospitalizada na sequência de um grave acidente de viação que sofreu quando viajava para uma reunião do Secretariado Nacional da UGT, precisamente no dia a seguir à sua participação na grande manifestação sindical que no dia 29 de Setembro ocorreu em Bruxelas. Rápidas melhoras, Rosário.

Delegadas e delegados,

O vosso contributo é essencial, as vossas propostas vão ser escutadas e tidas em conta na acção que iremos desenvolver no futuro.

Espero e confio que este nosso Congresso constitua um espaço de debate que permita ouvir propostas que vão no sentido de uma melhor organização sindical, de uma melhor acção sindical, para que o nosso contributo de intervenção político-sindical permita que em Portugal as respostas educativas sejam rigorosas e exigentes.

Queremos uma melhor educação em Portugal. Queremos contribuir para que, de uma vez por todas, se trilhem caminhos seguros e consistentes que promovam a imagem da escola e que assegurem melhores resultados escolares, resultados que sejam reais e não meras operações estatísticas que nunca serão capazes de resolver as insuficiências estruturais da nossa sociedade.

Queremos que acabe este sentimento de desmotivação e até de mal estar que assalta os profissionais da educação, cansados de serem chamados a serem responsáveis pela concretização de uma sucessão de medidas incoerentes que, como tal, só nos desgastam, e não contribuem para que os resultados esperados se alcancem. Apesar de um

assinalável desenvolvimento em múltiplas variáveis, a verdade é que continuamos com elevadas taxas de abandono e de insucesso, e se mantêm elevadas desigualdades sociais. Queremos que acabe esta sensação de impotência de uma escola na qual se depositaram sucessivamente novas e mais complexas responsabilidades e uma excessiva expectativa, mas que não se reorganizou nem se adaptou para estas novas exigências, deixando os seus profissionais abandonados à responsabilidade solitária de assegurarem respostas para as quais não lhes têm sido facultados os meios nem os recursos. E sem que se tenham redefinido as responsabilidades e o mandato de outros agentes sociais para que, em articulação com a escola, se assegurar o desenvolvimento educativo que apregoamos.

Queremos que acabe esta teia de normativos em que se enreda o dia-a-dia de cada escola, que retira autonomia aos seus profissionais, que não estimula o trabalho reflexivo e em equipa, porque os afunda em papéis de duvidosa utilidade, em reuniões formais de nulos resultados, e em que a intervenção inspectiva procura mais a adequação normativa, em vez dos processos indutores de qualidade pedagógica.

É preciso reinstalar esperança e confiança nas escolas.

Para isso, é preciso acreditar nos profissionais que aí trabalham; é preciso confiar na sua capacidade de decisão; é preciso estimulá-los a melhorarem a sua prestação profissional. Aqui, na FNE, é por isso que nos batemos.

E é neste sentido que os debates neste Congresso vão ocorrer.

Viva a FNE!

Viva o Congresso da FNE!